

MUDANÇAS DIGITAIS E O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: DIÁLOGOS POR MEIO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Alessandro Ramos Silva¹

Carlos Otávio Zamberlan²

Eliana Lamberti³

Dores Cristina Grechi⁴

Resumo

O artigo aborda questões inerentes ao desenvolvimento regional, tendo como foco a relação sinérgica entre o turismo de base comunitária (TBC), desenvolvimento sustentável e tecnologia da informação e comunicação (TICs), procurando enfatizar como as TICs podem dar suporte às atividades desenvolvidas no TBC. Dessa forma, buscou analisar a relação entre as TICs e a exploração/gestão do turismo de base comunitária, com vistas à sustentabilidade. O estudo foi efetuado por meio de análise de artigos e documentos técnicos que relacionam o TBC, o desenvolvimento sustentável e as TICs, além da análise de casos em que essa relação foi implementada e documentada, através de cadernos técnicos ou artigos científicos. Ao que se observou, as TICs se apresentam como um fator de aproximação e redução de distâncias, constituindo-se como ferramenta meio para alcançar o desenvolvimento regional e sustentável.

Palavras-chave: turismo de base comunitária; desenvolvimento sustentável; tecnologia da informação.

¹ Graduado em Tecnologia em Redes de Computadores (2005), especialista em Projeto, Implantação e Administração de Redes (2008) e mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (2023). Atualmente é Analista de Tecnologia da Informação na Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica do Estado do estado de Mato Grosso do Sul. Atuando na área de gestão de contratos e planejamento de aquisições e contratações de Tecnologias da Informação, atribuições que incluem ainda, pesquisa por soluções, elaboração de Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referências. Email: alesandroramos@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-5489-5298>

² Doutor em economia pela UFRGS, Mestre em Administração, especialista em Gestão Empresarial, e Bacharel em Administração, pela UFSM. Pesquisador em Patrimonialização de Território e Cultura. Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e do Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos, da UEMS. Email: carlos.otavio@uems.br. <https://orcid.org/0000-0001-9975-9612>

³ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Especialista e mestre na área de Desenvolvimento Regional (UFMS), doutora em Economia do Desenvolvimento pela UFRGS. Atualmente é professora titular da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e pesquisadora dos temas relacionados ao desenvolvimento regional, relações socioeconômicas em região de fronteira (Brasil / Paraguai) e Direito & Economia. Integrante dos grupos de pesquisa: Grupo de Estudos em Turismo, Hospitalidade e Sustentabilidade (GESTHOS/UEMS: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9166676557819419), Organizações, Governo e Sociedade (OGS/UEMS: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8728537042988195). Email: eliana@uems.br. <https://orcid.org/0000-0001-7653-3450>

⁴ Graduada em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (1998); Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - UNB (2002) e Doutora em Economia do Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2011). Professora/pesquisadora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Ministra aula nos cursos de graduação e Pós-Graduação em Turismo; no mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos e na especialização em Planejamento e Gestão Pública e Privada do Turismo. É membro do grupo de pesquisa em Turismo, Hospitalidade e Sustentabilidade GESTHOS. Email: doresgrechi@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-4481-0166>

DIGITAL CHANGES AND COMMUNITY BASED TOURISM: DIALOGUES THROUGH INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGY

Abstract

The article addresses issues inherent to regional development, focusing on the synergistic relationship between community-based tourism (TBC), sustainable development and information and communication technology (ICTs), seeking to emphasize how ICTs can support the activities developed in TBC. Thus, it sought to analyze the relationship between ICTs and the exploration/management of community-based tourism, with a view to sustainability. The study was carried out through the analysis of articles and technical documents that relate TBC, sustainable development and ICTs, in addition to the analysis of cases in which this relationship was implemented and documented, through technical notebooks or scientific articles. As observed, ICTs are presented as a factor of approximation and reduction of distances, constituting themselves as a mean tool to achieve regional and sustainable development.

Keywords: community based tourism; sustainable development; information technology.

CAMBIOS DIGITALES Y TURISMO COMUNITARIO: DIÁLOGOS A TRAVÉS DE LAS TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y LA COMUNICACIÓN

Resumen

El artículo aborda cuestiones inherentes al desarrollo regional, centrándose en la relación sinérgica entre el turismo comunitario (TBC), el desarrollo sostenible y las tecnologías de la información y la comunicación (TIC), buscando enfatizar cómo las TIC pueden apoyar las actividades desarrolladas en TBC. Así, se buscó analizar la relación entre las TIC y la exploración/gestión del turismo comunitario, con miras a la sostenibilidad. El estudio se realizó a través del análisis de artículos y documentos técnicos que relacionan CBT, desarrollo sostenible y TIC, además del análisis de casos en los que se implementó y documentó esta relación, a través de cuadernos técnicos o artículos científicos. Como se observa, las TIC se presentan como un factor de aproximación y reducción de distancias, constituyéndose como una herramienta media para lograr un desarrollo regional y sostenible.

Palabras clave: turismo de base comunitaria; desenvolvimiento sustentable; tecnología de la información.

Introdução

Um dos desafios da atualidade, nas diferentes perspectivas de desenvolvimento, é a geração de oportunidades e de renda, devidamente alinhadas à sustentabilidade. Nesse sentido, o Turismo de Base Comunitária (TBC) possui um papel de suma importância, uma vez que, de acordo com Nascimento e Lima (2020), possibilita a geração de emprego e renda em uma determinada localidade, contribuindo para preservação do ambiente e cultura local.

Por outro lado, Torezani (2007) e Castells (2007) contextualizaram o fato de que as tecnologias de informação e comunicação, mais propriamente a internet, conecta pessoas e instituições em tempo real, promovendo transformações na administração de empresas, no

que concerne ao relacionamento com fornecedores e clientes, bem como alteram as relações entre cidadãos e entre governos e cidadãos. Assim, verifica-se que as TICs impactam e alteram as relações em todos os âmbitos da sociedade atual.

Essas mudanças tecnológicas impactam diretamente o setor turístico (ESPANHA, 2021). Nesse sentido, Gretzel et al (2015) relatam tal evolução entre as TICs e as fases do turismo até o período hodierno, com o surgimento do conceito de turismo inteligente, reforçando o entendimento de que a evolução tecnológica influencia tanto o consumidor quanto as empresas e os destinos, redefinindo assim as relações entre agentes e processos.

A transformação digital propicia uma crescente segmentação da demanda, o surgimento de novos perfis de turistas, a intensificação de transações P2P⁵, economia colaborativa (*airbnb, Uber, Ifood*), dentre outros aspectos advindos da evolução tecnológica e do novo formato de turista.

Dessa forma, o objetivo geral deste texto é analisar a relação entre as TICs e a exploração/gestão do turismo de base comunitária, bem como refletir sobre a conexão do desenvolvimento sustentável e TBC. Para contemplar tais objetivos, as estratégias metodológicas basearam-se na análise de artigos e documentos técnicos que relacionam o turismo de base comunitária, o desenvolvimento sustentável e as tecnologias da informação e comunicação, além da apresentação de casos em que essa relação foi implementada e documentada, através de cadernos técnicos ou artigos científicos.

Assim, este artigo está organizado neste primeiro tópico introdutório, seguido da revisão documental e da apresentação de exemplos de turismo de base comunitária desenvolvidos no Brasil. Na sequência, abordou-se sobre a preservação cultural, meio ambiente e desenvolvimento sustentável e sua importância para o turismo de base comunitária, um quarto tópico descreveu aspectos concernentes ao emprego da tecnologia da informação no processo turístico, elencando casos de uso das TICs em experiências de turismo de base comunitária, buscando assim, elucidar como esta pode auxiliar na gestão do TBC e, por fim, o quinto item apresentou as considerações finais.

⁵ O Peer-to-peer (P2P) é um tipo de transação que possibilita o ato de compra de forma direta, entre os usuários.

Turismo de Base Comunitária: Conceitos e Características

Em oposição a um planejamento de cunho tecnicista, de visão colonialista, que desconsidera aspectos históricos, territoriais, demográficos, geográficos e culturais, o Turismo de Base Comunitária é “uma atividade pautada na participação da população local nos processos de planejamento, implementação e avaliação da atividade turística” (NASCIMENTO et al, 2020, p. 13). Na visão de Coriolano (2006), o TBC é uma resposta dos moradores locais aos impactos do turismo massivo, globalizado, tradicional e orientado à acumulação de capital. Ressalta-se, ainda, que o TBC pode ser considerado como um meio para alcançar o desenvolvimento sustentável, posto que revisita o conceito de turismo, pautando-o nos princípios de sustentabilidade e inclusão social.

Tais princípios são promovidos através de uma consciência socioambiental, resultante do movimento ambientalista, representado por grandes conferências ambientais, citando como exemplo as reuniões de Estocolmo (1972) e Rio (1992). Nascimento (2012) contextualizou, nesse viés, a necessidade de que práticas que envolvam princípios de sustentabilidade fossem incentivadas, incluindo a atividade turística. Ramalho et al. (2010) e Ruschmann (1997) reforçaram que, a natureza e as comunidades, antes ignorados, agora constituem elemento basilar para a viabilidade dos processos turísticos.

Assim, o TBC enquanto mecanismo de proteção do patrimônio natural, cultural, material e imaterial embarca, em si, elementos “de ligação entre cultura e meio, entre cultura e espaço, entre cultura e território, entre cultura e geografia” (DA CRUZ, 2012 p. 96). A natureza dos elos deve ser identificada e compreendida, dessa forma urge a necessidade de um TBC pensado de dentro para fora, a fim de evitar, conforme aponta Da Cruz (2012) a tendência de transformar patrimônio em produto econômico.

Nesse mesmo sentido, no que tange à ordenação sustentável do território, Dallabrida (1998, p. 10) defende o alinhamento entre homem e natureza, enfatizando a importância de uma relação harmônica e não predatória. Quanto a estratégias e ações que visem um desenvolvimento sustentável e endógeno, Dallabrida (1998, p.33) ressalta a importância da “ação empreendedora de atores locais”. O que é reforçado nos pressupostos de Boisier (1996), que coadunam com as principais características do TBC: Nunca se ressaltará o suficiente o fato de que o desenvolvimento regional é fundamentalmente o resultado do que a própria comunidade regional faz por si mesma (BOISIER,1996, p.95).

Dentro dessa temática, Nascimento et al (2020) elucidam que a construção de megaempreendimentos tem provocado transformações profundas na vida de comunidades, provocando a exclusão de moradores em razão do aumento do valor da terra para o lazer e a exploração econômica da renda e da força de trabalho.

Assim, contextualizando as diversas conceituações, partindo da premissa da participação da comunidade local, tendo os cidadãos locais como beneficiários, a não substituição das atividades tradicionais, a agregação de valor à economia local através da complementação da renda e ainda a conservação da biodiversidade, Nascimento et al (2020) elencam os princípios que norteiam a atividade de TBC:

- a) A atividade de TBC deve ser promovida por grupos organizados e marcados por projetos coletivos, de base familiar;
- b) O TBC não deve substituir as atividades tradicionais dos moradores locais, mas ser um agregador das atividades já existentes ou resgatando as que passaram ser negligenciadas;
- c) A comunidade local é responsável por todo o processo de planejamento e gestão das etapas e produtos turísticos;
- d) O TBC deve promover a distribuição equitativa dos benefícios advindo da atividade turística com outros moradores;
- e) O TBC deve basear-se na pluralidade existente entre as culturas e tradições, fomentando o reconhecimento da produção, da cultura e das identidades locais;
- f) O TBC deve estabelecer relação de parcerias com grupos diferentes e que promovem outro tipo de experiências turísticas;
- g) O TBC deve buscar em seu escopo uma relação entre sociedade, natureza e cultura de forma sustentável.

Coutinho, Thomas e Sampaio (2015) acrescentam ainda que há, no TBC, uma percepção do turismo por meio de uma “visão interdisciplinar e em perspectiva de melhoria nos graus de cidadania social, manejo dos recursos naturais, expressão livre da cultura local, e não apenas na inclusão e melhoria nos níveis econômicos.” (COUTINHO, THOMAS E

SAMPAIO, 2015, p.37), e enfatizam, dentre os princípios do TBC, o turismo como instrumento de fortalecimento comunitário e associativo.

Pode-se observar em Nascimento et al (2020), Coutinho, Thomas e Sampaio (2015), Da Cruz (2012) e Ramalho et al. (2010), que o TBC é caracterizado pela oferta do modo de vida dos anfitriões, demonstrando sua forma de produção e conhecimentos aos visitantes, através de vivência, ressaltando que o turista, em experiências com TBC, deve estar predisposto a viver a experiência cotidiana dos anfitriões, o que pressupõe um contato multicultural. Isso posto, dada a relação intrínseca entre o turismo de base comunitária, preservação cultural, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, o tópico a seguir abordará essa relação.

Desenvolvimento Sustentável

A preocupação com o desenvolvimento embalou o surgimento do pensamento econômico, enquanto um campo científico, em torno da questão sobre os vetores da dinâmica da riqueza das nações no embalo da primeira Revolução Industrial. O problema posterior consistiu em buscar respostas coerentes sobre como a riqueza gerada deve ser distribuída entre as diferentes classes sociais e econômicas, no contexto do conflito distributivo que é inerente ao sistema econômico vigente. Na sequência, a dinâmica cíclica e as recorrentes crises econômicas absorveu a atenção intelectual das principais correntes teóricas. A partir de 1950 e no contexto da terceira revolução industrial, a perspectiva de desenvolvimento passa a se desconectar do crescimento econômico de modo que irá se constituir em um outro campo de pesquisa abrangente e multidisciplinar. Algumas décadas depois, a sustentabilidade se constituiu em um adjetivo para o desenvolvimento a partir da institucionalização do conceito, que envolveria reconhecer as necessidades atuais, mas também as das gerações futuras, pautado em três dimensões, a saber: crescimento econômico, prudência ambiental e justiça social. As fragilidades desta perspectiva vão além da natureza vaga do conceito e da proposta, mas principalmente pelas poucas dimensões envolvidas.

A sustentabilidade, no contexto da quarta Revolução Industrial e, especialmente, após a pandemia da COVID-19 que ilustrou como as crises econômicas são também de natureza ambiental e vice-versa, está qualificando o planejamento, as ações e os

investimentos tanto da esfera pública como privada, bem como estimulando o surgimento de diferentes propostas (leia-se: selo Environmental, Social and Governance – ESG).

São extensas as críticas e argumentos pessimistas quanto às intencionalidades, ou viabilidade de alguma proposta sustentável a partir de um sistema pautado pelo consumo e criação constante de novas necessidades. Porém, neste texto, dar-se-á ênfase para as abordagens que indicam otimismo propositivo e consenso de que a compreensão dos desafios atinentes ao desenvolvimento sustentável, independente da escala em discussão (mundial, nacional, estadual, municipal), requer contribuições de todas as áreas do conhecimento, sem exceção. Porém, as raízes do debate encontram-se na cientificidade da ecologia e da economia.

Para Capra (2005), a sustentabilidade deve fazer parte da cultura que é um modo de vida particular de um povo. “É criada por uma rede social dotada de múltiplos elos de realimentação através dos quais os valores, crenças e regras de conduta são continuamente comunicados, modificados e preservados.” (CAPRA, 2005, p. 98). A questão da sustentabilidade deve ser encarada diante do fundamentalismo de mercado e da insustentabilidade econômica do modo vigente em que a vida se transforma em mercadoria. A sensibilização e mudança de valor da sociedade no sentido da efetiva e profunda sustentabilidade requer a alfabetização ecológica e a constituição de um projeto profundamente ecológico.

“A chave de uma definição operativa de sustentabilidade ecológica é a percepção de que nós não precisamos inventar comunidades humanas sustentáveis a partir do nada; podemos moldá-las segundo ecossistemas naturais, que são comunidades sustentáveis de vegetais, animais e microrganismos.” (CAPRA, 2005, p. 238)

O físico⁶ alerta ainda que a sustentabilidade não significa imutabilidade, não é um estado estático, mas um processo dinâmico de coevolução. E para a construção de comunidades sustentáveis, o primeiro passo é a alfabetização ecológica (ecoliteracy) que pressupõe a compreensão sistêmica da vida e, por conseguinte, permite formular princípios de organização pautados na ecologia que são:

⁶ Fritjof Capra, nascido em Viena, Áustria, em 1 de fevereiro de 1939, é um físico teórico e escritor que desenvolve trabalho na promoção da educação ecológica.

- a) Princípio de redes: os sistemas vivos comunicam-se uns com os outros e partilham recursos
- b) Princípio de ciclos: os fluxos de matéria e energia geram resíduos que se transformam em alimento de outro ecossistema de modo que a matéria circula continuamente.
- c) Princípio da energia solar: pela fotossíntese se transforma em energia química e move todos os ciclos ecológicos
- d) Princípio de alianças (parcerias): as trocas (de energia e recursos) são regidas pela cooperação generalizada, ou seja, parcerias e organização em redes.
- e) Princípio da diversidade: a capacidade de recuperação de um ecossistema é dada por sua diversidade, quanto maior a biodiversidade, maior sua resistência e capacidade de recuperação
- f) Princípio do equilíbrio dinâmico: a flexibilidade de um ecossistema decorre dos múltiplos elos e anéis de realimentação que mantem o sistema em um equilíbrio dinâmico.

Entre os pensadores econômicos, ressaltam-se as contribuições de Ignacy Sachs (2009), que amplia as dimensões que conformam a efetiva sustentabilidade. As oito dimensões não podem ser hierarquizadas dada a conexão sistemática entre elas. A dimensão social corresponde a um patamar de distribuição de renda justa, com pleno emprego, qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais. A cultura pressupõe mudanças e equilíbrio entre tradição e inovação de modo que viabilize a capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno e a autoconfiança combinada com abertura para o mundo. A ecologia se relaciona, obviamente, à preservação do potencial de capital natureza na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis. A dimensão ambiental envolve respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais. Já a dimensão territorial está vinculada às configurações urbanas e rurais balanceadas, à melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis. O viés econômico deve configurar o desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, a segurança alimentar, a capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, a busca pela autonomia

na pesquisa científica e tecnológica, e inserção soberana na economia internacional. A dimensão política está subdividida entre a política nacional e a internacional. A política nacional pressupõe a defesa da democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional. A política internacional estabelece a prioridade na prevenção de guerras, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, em parcerias de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade, além do controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, efetividade na aplicação do Princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, na proteção da diversidade biológica (e cultural), e gestão do patrimônio global como herança comum da humanidade. A cooperação científica e tecnológica não pode ser excluída deste rol de premissas.

No Brasil, um dos pensadores sobre os desafios e complexidade da sustentabilidade é José Eli da Veiga que em várias publicações faz o chamamento para uma discussão crítica e profunda, em torno do que ele denomina de Ciência da Sustentabilidade (VEIGA, 2023). Para que a discussão seja efetivamente profícua, Veiga (2010) defende que a sustentabilidade requer a legitimação de um novo valor para além das noções de equilíbrio ou resiliência. A perspectiva da biofísica deve didaticamente superar a vaga bandeira de “salvar o planeta”, porque segundo o pesquisador, não é o planeta que está em perigo, e sim a espécie humana. A problemática da sustentabilidade é embalada por dúvidas, tanto em relação aos aspectos normativos e conceituais, como se inovações, adaptações e reformas incrementais são capazes de reverter a situação de insustentabilidade do sistema produtivo vigente. Tais dúvidas ilustram, segundo o autor, a banalização do termo sustentabilidade e a dificuldade de criar uma nova visão sobre esta condição e conseqüentemente, indicadores sofisticados e capazes de mensurar a qualidade de vida muito além da contabilidade nacional convencional orientada pelo Produto Interno Bruto (PIB) ou Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ademais, a sustentabilidade ambiental requer indicadores físicos e não precificação do meio ambiente. Nas palavras do autor:

“O grande obstáculo é que as “usinas de ideias” (*think-tanks*) das elites políticas dos países centrais e emergentes estão muito longe de qualquer rompimento mental com uma macroeconomia inteiramente centrada no ininterrupto aumento do consumo. O máximo que conseguem avançar é para o resgate de um keynesianismo levemente esverdeado por propostas de ecoeficiência. Mas que jamais poderá deter o aumento da pressão sobre os recursos naturais”. (VEIGA, 2010, p. 141)

A sustentabilidade e o desenvolvimento podem, intencionalmente, serem termos apropriados de modo genérico e politicamente superficial. Aterrissar a discussão em escala regional e local é desafiador e não possui roteiro pré definido. Cada região e território, dadas as suas especificidades históricas, sociais, culturais e econômicas, deve construir sua proposta de desenvolvimento sustentável. Para isso, Dallabrida (1998) converge com a discussão anterior ao introduzir sua proposta de Ordenação Sustentável do Território a partir da crítica à racionalidade que fundamenta o padrão de desenvolvimento ecologicamente depredador, perverso economicamente e injusto socialmente. Eis o tripé da insustentabilidade.

Coletividade e autoconstrução são palavras-chaves para a perspectiva de sustentabilidade para a ordenação de um território. Território é o lugar das relações, do pertencimento, da identidade, da resistência e da afetividade. A territorialidade pressupõe o processo subjetivo de conscientização e integração. Os desafios à ordenação territorial e ao desenvolvimento regional são de natureza globais dado o atual estágio do capitalismo global e a hegemonia da financeirização da vida. Entretanto, a proposição de um autêntico desenvolvimento regional requer algumas capacidades: de definir os próprios objetivos; de apropriar-se da riqueza gerada e diversificar a base econômica; de promover inclusão social; de conscientização e proteção ambiental. De modo paradigmático, trata-se de um projeto político da região em prol do ecodesenvolvimento superando a “tendencia” ao crescimento imitativo do conforto e do consumo de massa.

Nesta perspectiva, destaca-se a proeminência da proposta equatoriana denominada “*Buen Vivir*” que supera o tradicional conceito de sustentabilidade: é uma epistemologia do Sul (Acosta, s/d, p. 87). O economista equatoriano Alberto Acosta (s/d) explica como uma nova e radical ideia de cidadania planetária foi gestada no debate constituinte do Equador a partir de 2007 cuja matriz é a vivência comunitária de coletividades originárias (povos como os indígenas) cujos valores, experiências e práticas correspondem a uma civilização viva, solidária e recíproca.

O Bem Viver é uma visão alternativa de vida, questiona o conceito eurocêntrico de bem-estar e a inviabilidade do estilo de vida dominante que impõe uma única lógica de desenvolvimento: o mau desenvolvimento generalizado. Para o autor, os diversos sobrenomes que o termo recebeu nada mais é do que estratégia para não discutir a essência do fracasso diante da insustentabilidade da dinâmica produtiva vigente.

Então, o que seria o Bem Viver? É mais fácil expressar o que ele não é: não é uma proposta totalmente elaborada, não é um imperativo global, não é um desenvolvimento alternativo. É uma alternativa de desenvolvimento. É um caminho a ser construído de forma coletiva. É o desarmamento da meta universal de crescimento econômico. Tem por princípio a interculturalidade, a relacionalidade e complementariedade entre todos os seres vivos. Defende uma ética da suficiência para toda a comunidade, e não apenas para o indivíduo.

O próximo tópico contextualiza a tecnologia da informação, uma vez que a globalização e difusão tecnológica ensejam em adaptação nos mais diversos campos. Assim, questiona-se como a tecnologia da informação pode auxiliar no desenvolvimento de (DMOs – Destination Marketing Organizations) organizações de marketing de destino, ferramentas que alinham TICs com gestão e marketing de destinos por meio de ferramentas off-line, sites oficiais de destinos e plataformas de mídia social, conforme elucidam Trunfio e Della Lúcia (2019).

A Tecnologia da Informação e o Turismo de Base Comunitária

Se reconhecer como parte do local é algo extremamente relevante para a o resgate e a preservação das culturas e tradições, sobretudo na disseminação de conhecimentos ancestrais para a parcela mais jovem, pois conforme observado por Bertolo (2015) em um estudo com Caiçaras percebeu que os jovens não se interessam mais pela cultura local devido à modernidade. Apesar dessa visão negativa em relação à tecnologia e globalização, observa-se que quando alinhadas, tecnologia e tradição, podem contribuir para o fortalecimento das culturas tradicionais ao invés de acabar com as mesmas.

Nesta mesma linha, Montiel (2003) elucidada que a globalização, em função dos avanços nas tecnologias de informação e comunicação, através da rede mundial de computadores tem potencializado o intercâmbio de bens culturais, dando a esse seguimento maior importância na economia mundial, ao que Lirio et al (2019) complementam ao defenderem que a proposta de site elaborada em seu artigo, fortaleceria a ancestralidade de grupos étnicos ou comunidades tradicionais, atraindo a atenção dos turistas e visitantes ampliando a visibilidade desses produtos (LIRIO *et al*, 2019).

Assim, o Manual para Gestores de Destinos Turísticos: Sistemas de Inteligência (ESPANHA, 2020), elucidada que podem ser identificadas três etapas de evolução da atividade

turística, sendo que estas estão estreitamente ligadas às tecnologias dominantes à época. Sendo a primeira etapa o turismo tradicional, até a década de 1980, caracterizados pela presença de sistemas globais de distribuição e centrais de reservas. A segunda, o E-turismo, a partir da década de 1990, com o surgimento da internet e da *World Wide Web* (Web), colaborando com o surgimento de um novo perfil de turista, que passa a gerir sua própria experiência, com a predominância das relações de negócio para negócio (*B2B*), de negócio para consumidor (*B2C*) e de consumidor para consumidor (*C2C*). E a terceira etapa, o Smart Turismo, definido por Gretzel et al (2015) como uma evolução lógica do E-turismo, onde o turismo adota as redes sociais e tecnologias móveis, marcando assim a conexão do físico com a governança e o entorno digital.

Ante a evolução na tecnologia da informação e comunicação, bem como no perfil do turista atual, e em face a uma vasta quantidade de aparatos tecnológicos disponíveis atualmente, questiona-se: como o turismo de base comunitária pode se valer desses recursos?

Jiménez e Allés (2018) argumentam que dadas às características da Internet – facilidade de acesso, comodidade, rapidez, alcance global, flexibilidade, etc. – a forma de se divulgar o turismo, a forma em que turistas planejam suas experiências e mesmo o perfil do turista tem se modificado, assim as TICs favorecem a geração de informação sobre os perfis de consumo do turista, proporcionando a criação de ofertas mais competitivas e atrativas para determinado tipo de público.

Nesse aspecto, Trunfio e Della Lúcia (2019, p.4) ressaltam que as *DMOs* (*destination marketing organizations*), “não estão conseguindo colher os benefícios potenciais do aumento do engajamento para a vantagem competitiva de um destino”, posto que se utilizam muito pouco das informações obtidas através das mídias sociais, as quais os autores enfatizam possuir um poder de engajamento, uma vez que o turista passa a ser cocriador do conteúdo disseminado e, de certa forma tira o poder dos administradores sobre o conteúdo, ao que os autores chamam de “resistência burocrática à mudanças”.

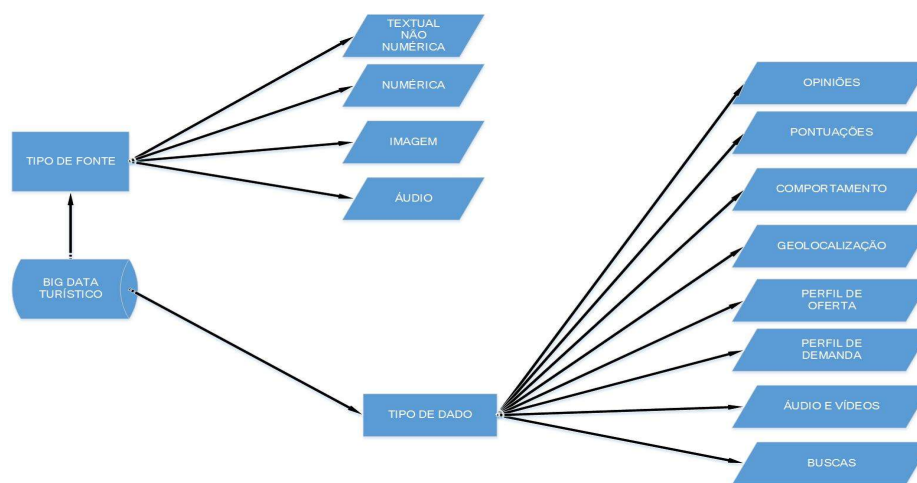
Ainda na abordagem de Trunfio e Della Lúcia (2019), são elencadas algumas variáveis, que segundo os autores, são válidas e passíveis de análise do engajamento da comunidade:

[...] o tamanho do público; conteúdo—texto, links, vídeo e fotos gerados por usuários/DMOs; interação — o número de curtidas, compartilhamentos e

comentários gerados pelo conteúdo; e taxa de resposta — o tempo de ação ou interação (TRUNFIO; DELLA LÚCIA 2019, p.4).

Ao abordar os DTIs (Destinos Turísticos Inteligentes) o Manual para Gestores de Destinos Turísticos: Sistemas de Inteligência Espanha (2020), traz uma representação de como se dá a organização de um Sistemas de Informação de Destino (SID), que é definido por Bigné (2000) como um processo permanente e sistematizado de recopilação, tratamento, ordenamento e distribuição da informação, auxiliando no planejamento, ação e avaliação turística dos diversos agentes públicos e empresarias do destino, A partir dessa organização sistêmica dos dados busca-se a tomada de decisão de forma inteligente.

Figura 20 - fonte de dados de um destino



Fonte: Adaptado pelos autores do Manual para Gestores de Destinos Turísticos: Sistemas de Inteligência, Espanha (2020).

Dessa forma, partindo da organização de dados advindos de sistemas internos online ou offline, sítios eletrônicos governamentais, sistemas de buscas, mídias sociais e demais serviços disponíveis na Internet, observando que esses dados podem ser estruturados e não estruturados, os destinos podem se valer da tecnologia da informação e comunicação para atender suas metas. Conforme explanado no guia de boas práticas em digitalização para destinos inteligentes elaborado pela SEGITTUR, Espanha (2021), há uma lista de experiências que se valem das TICs para os aprimoramentos dos serviços de turismo prestados, para melhora na segurança dos locais, para acompanhar a preservação do ambiente, para medir e antecipar-se às tendências.

Cabe destacar que as Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs, possuem notória importância em todos os campos sociais, impactando o desenvolvimento das sociedades e o modo de vida na atualidade, sendo, portanto, indispensável o emprego das TICs no desenvolvimento humano e, por conseguinte, no desenvolvimento regional, posto que elas tendem a agregar flexibilidade, dinamismo, velocidade e integração na disponibilização de acessos às informações e conhecimentos. Tanto que, notadamente a sociedade atual está assentada em produtos e serviços fortemente amparados no emprego das TICs, sendo chamada por Castells (2007) de sociedade informacional. Assim, as TICs impactam diretamente as relações sociais, empresariais e nas instituições governamentais, causando modificações significativas em todos os âmbitos da sociedade, impactando o desenvolvimento social e econômico global.

Nessa sociedade informacional, destaca Castells (2007) que a informação é a matéria prima, de forma que as tecnologias agem sobre a informação. O autor ainda observa que a informação permeia toda a atividade humana, incluindo a totalidade dos processos da existência individual e coletiva, sendo moldados diretamente pelas tecnologias. Dentro desse contexto se faz necessário observar as mudanças recentes proporcionadas pelas TICs, que oportunizaram a disponibilização não só de informações via rede mundial de computadores - Internet, como também o acesso à educação a distância, produtos e serviços como *e-commerce*⁷, aplicativos de economia compartilhada – *Airbnb*⁸ e *Uber*⁹ entre outros, além de serviços aos cidadãos ofertados pelas diversas instâncias do poder público, através da Internet, não se restringindo ao uso do computador, sendo acessados através de *Smartphones*¹⁰ na maioria dos casos.

Nesse sentido, recorre-se novamente a Castells (2007), quando afirma a respeito do termo “sociedade informacional”, que para o referido autor, é o atributo de uma forma específica de organização social na qual a geração, o processamento e a transmissão da

⁷ E-commerce, ou comércio eletrônico, refere-se às transações de compra e venda de produtos e/ou serviços efetuados através da Internet

⁸ Airbnb é uma plataforma de serviço online, onde pessoas anunciam acomodações/hospedagem, podendo ser um imóvel inteiro ou quarto em uma residência, por exemplo.

⁹ A Uber é uma plataforma de serviço online, onde pessoas se registram e oferecem serviço de transporte urbano e entregas com seus veículos particulares, constituindo uma forma de geração de renda, a partir da prestação desses serviços diretamente à usuários da plataforma.

¹⁰ Um smartphone é um celular que combina diversos recursos de computacionais, contemplando funcionalidades avançadas por meio de programas aplicativos como navegadores web, GPS, planilhas e aplicativos voltados a fins específicos

informação tornam-se fundamentais fontes de produtividade e de poder, face às condições tecnológicas advindas das Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs.

Dentro dessa perspectiva, se pode observar que as TICs, em um ambiente globalizado, tal qual se vivencia na atualidade, tornam-se preponderantes para a disseminação de informações e conhecimentos, configurando-se em importante meio para a promoção das potencialidades do território, gerando desenvolvimento humano, social e econômico, através da exploração dessas potencialidades.

Neste sentido, a SEGITTUR (ESPANHA, 2021) ordenou três cenários de uso das ferramentas digitais, acrescido de um quarto cenário referente à gestão das crises sanitárias, sobretudo no que tange a pandemia da COVID-19. Esses quatro cenários foram subdivididos em onze metas, sendo que oito tratam da tecnologia e sua aplicabilidade no setor turístico, e três estão dentro do cenário de gestão de crises sanitárias, conforme quatro abaixo:

Quadro 1 – Cenários e metas sobre o uso de TICs no âmbito do turismo

Cenário	Objetivo	Meta
Gestão do turista conectado ao longo do seu ciclo de viagem	Captar visitantes, rentabilizar a visita e ampliar o grau de satisfação do turista, consequentemente melhorar a reputação e recomendação do destino.	Capturar segmentos turísticos estratégicos para o destino
		Aumentar o gasto e a satisfação dos visitantes no destino
		Fidelizar o visitante
Gestão pública local	Contribuir para o bem-estar e prosperidade das localidades, a partir da gestão do impacto da atividade sobre a comunidade receptora, não somente em termos financeiros como também no que tange a qualidade de vida.	Reforçar as parcerias público-privado e a competitividade do setor
		Gerir a sobrecarga dos serviços públicos pela atividade turística
		Oferecer através do turismo oportunidades e benefícios para a comunidade receptora
		Antever e gerir impactos negativos sobre o ambiente natural e o espaço urbano
		Contar com tecnologias e estruturas de gestão que permitam abordar as metas

A gestão das crises sanitárias	Auxiliar na adaptação dos destinos e empresas turísticas ante ao novo cenário de operação infringido pelas normas de distanciamento social e segurança sanitária.	Gestão da capacidade
		Informação atualizada sobre a COVID-19
		Segurança sanitária

Fonte: adaptado do guia de boas práticas em digitalização para destinos inteligentes elaborado pela SEGITTUR, Espanha (2021).

Assim, alinhado às metas delimitadas acima, os seguintes meios tecnológicos podem auxiliar no alcance das metas, conforme os cenários estabelecidos, tais meios podem ser visualizados no quadro 2:

Quadro 2 – Meios tecnológicos que auxiliam no processo de planejamento e desenvolvimento do turismo

<i>Drones</i>	Veículos aéreos não tripulado e controlado remotamente que pode realizar inúmeras tarefas, tais como gravação de vídeos, entrega de encomendas etc.
<i>Big data</i>	Conjuntos de dados que precisam ser processados e armazenados.
<i>Machine learning</i>	Técnica utilizada para treinar computadores para realizarem atividades como seres humanos.
Inteligência artificial	Campo da ciência, cujo propósito é estudar, desenvolver e empregar máquinas para realizarem atividades humanas de maneira autônoma.
Realidade virtual (RV)	Ambiente gerado por meio de um computador com cenas e objetos que parecem reais, fazendo com que os usuários se sintam imersos nessa realidade.
Realidade aumentada (RA)	Tecnologia que permite sobrepor elementos virtuais à nossa visão da realidade.

Geolocalização	Processo de identificação de informações geográficas, captadas por meio de dispositivos conectados à internet, satélite ou radiofrequência que permite determinar a localização de um determinado objeto ou pessoa
<i>RFID</i>	Sistema de captura de dados que utiliza o sinal, frequência, de rádio para realizar tal tarefa
<i>Business Intelligence</i>	Responsável por utilizar estrategicamente dados nas organizações a partir da coleta, tratamento e análise de todo e qualquer tipo de informação relevante, possibilitando as melhores decisões para os negócios.
Aplicativos	Programas computacionais desenvolvidos para dispositivos móveis. Podem ser baixados gratuitamente ou não, e servem para auxiliar os usuários em diferentes assuntos.
Gamificação	Consiste no uso de jogos que visam, de forma lúdica, transmitir aprendizados, valores, etc.
<i>Blockchain</i>	Armazena periodicamente informações de transações em lotes, chamados blocos. Esses blocos recebem uma impressão digital chamada <i>hash</i> , um código matemático único, e são interligados em um conjunto em ordem cronológica, formando uma linha contínua de blocos, uma corrente.
<i>Chatbot</i>	Ferramenta para conversar com seu cliente em linguagem natural por meio de aplicativos de mensagens, sites e outras plataformas digitais. Ele pode responder por diretrizes pré-programadas ou inteligência artificial.
<i>Deep learning</i>	Aprendizado de máquina baseado em um conjunto de algoritmos que tentam modelar abstrações de alto nível de dados usando um grafo profundo com várias camadas de processamento.

Fonte: elaborado pelos autores

Evidenciando que no cenário atual o uso das TICs faz parte de todo o ciclo da visita, alguns destes mecanismos tecnológicos permeiam a visita turística, desde a captação do visitante até o contato pós viagem, tendo ainda estreita relação com a gestão de ofertas, integração com a comunidade local, gestão do meio ambiente e dos serviços públicos.

O ciclo de vida da visita turística tem seu início antes mesmo da viagem em si, sendo a tecnologia da informação e comunicação utilizada tanto pelo destino quanto pelo turista em potencial. De um lado, pela criação de campanhas e promoção do destino, seja por mídias sociais ou sítios eletrônicos oficiais. Do outro lado, do ponto de vista do turista, ocorre a consulta, busca de publicações, incluindo fotos, depoimentos, roteiros etc. Essa relação se dá até o período posterior a viagem, onde se pode aplicar mecanismo que mensura o grau de satisfação do visitante, e assim servir como base para implantação de melhorias no destino.

O Turismo de Base Comunitária - TBC, conforme elucidam Gan, Inversini e Rega (2016) em estudo de caso sobre as TICs e TBC na Malásia, geralmente é desenvolvido em áreas longínquas, distantes dos grandes centros urbanos, e por essa razão, sem garantia de acesso aos recursos tecnológicos de conectividade à internet, no entanto, os autores relatam que na comunidade em estudo, a chegada da internet, ainda que mais lenta que nos grandes centros, propiciou um aumento significativo no número de visitantes, citando que entre 1996 a 2005, utilizando meios convencionais de divulgação, como rádio, panfletos, eventos e jornais, a localidade recebia no primeiro ano 500 visitantes e, posteriormente, atingiu um máximo anual de 4000 visitas. Já com a utilização das TICs, através da presença digital por meio de sítio eletrônico, blogs e redes sociais (GAN; INVERSINI; REGA, 2016, p. 4). Outro entrevistado por Gan, Inversini e Rega (2016) foca no ganho econômico após a adoção das TICs, apontando o incremento na renda familiar, ao citar que os valores passaram de RM 4000 ¹¹ para a RM 10,000, podendo chegar a RM 20,000 por ano.

Sookasai *et al.* (2022), em consonância com Koukaras (2022), observa que a população mundial passa horas do dia com seus *smartphones*, utilizando aplicativos, redes sociais e comunicadores instantâneos, menciona também que “as tecnologias móveis são o novo modelo de negócios no setor turístico” (SOOKASAI *et al.* 2022 p. 1). E, dado ao fato de que “o produto turístico não é algo que possa ser levado ao consumidor, sendo necessário que este viaje até o ponto turístico para o consumir” (SOOKASAI *et al.* 2022 p. 2), a

¹¹ O Ringgit é a moeda oficial da Malásia e tem por símbolo RM e por código MYR.

comunidade poderia registrar dados concernentes a sua história, origem dos produtos eventualmente produzidos e disponibilizar tais informações em formato de mídia digital.

Para além dessas considerações, Sookasai *et al.* (2022) defendem que o emprego de TICs pode beneficiar consumidores, que obtêm informações online sobre os destinos, incluindo a possibilidade comprar produtos de empresas comunitárias e encontrar detalhes sobre endereços, viagens e pontos de interesse, enfatizando que para tornar a mídia digital mais atraente e aumentar o número de turistas, os empreendimentos comunitários precisam gerar histórias para percepção dos turistas e reconhecimento de informações na cadeia de suprimentos do turismo, pois isso traz maior credibilidade aos produtos e serviços.

Nessa mesma linha, Harris e Vogel (2007) ao abordarem o comércio eletrônico voltado ao TBC, observam que embora seja o conteúdo socioeconômico, cultural e geográfico do destino que forma o produto turístico fundamental, muitas vezes acontece que, com cada intermediário recebendo uma comissão, sobra pouca receita para o destino no qual o produto é consumido. Assim os autores ressaltam que as TICs e turismo são parceiros naturais, observando que a presença online, de forma organizada pode diminuir a dependência de intermediadores, destinando os recursos financeiros diretamente aos envolvidos na atividade

Koukaras (2022) aponta que os benefícios do uso das TICs se dão em duas vias consumidor/fornecedor e reforça o pioneirismo do setor turístico no uso de sistemas de informações, destacando que “com inovações como distribuição mundial e sistemas centrais de reservas, a indústria do turismo foi pioneira no uso da tecnologia digital para acessar, recuperar e distribuir informações” (KOUKARAS, 2022, p. 8), e aponta a introdução de novos aparatos tecnológicos como *blockchain*, web 2.0¹², tecnologias de contabilidade digital, plataformas digitais de microfinanciamento, marketing e transações P2P¹³ que podem auxiliar no desenvolvimento de empreendimentos de TBC, utilizando-se de plataformas abertas para fornecimento de produtos e serviços diretamente aos consumidores.

¹² A web 2.0 surge como uma nova geração de serviços na internet com ênfase em colaboração e compartilhamento de informação, o diálogo, a interação e troca de conhecimento.

¹³ Peer-to-peer ou P2P é uma arquitetura de redes de computadores onde cada um dos pontos ou nós da rede funciona tanto como cliente quanto como servidor, permitindo compartilhamentos de serviços e dados sem a necessidade de um servidor central ou hierárquica.

Dentro dessa perspectiva, Harris e Vogel (2007) destacam que mesmo destinos e produtos pequenos ou remotos com sítios eletrônicos bem desenvolvidos e inovadores podem agora ter acesso igualitário aos mercados internacionais. A essa modalidade de comércio eletrônico voltado ao turismo de base comunitária Harris e Vogel (2007) denominaram e-TBC e reforçam que, dada a evolução natural das TICs e a dinâmica em que se dá o mercado de turismo, “se você não está online, você não está à venda” (HARRIS; VOGEL, 2007, p. 8).

Assim, o TBC como uma atividade turística, pode se valer dos mecanismos e experiências adotados em vários destinos, com vistas a alinhar as TICs ao desenvolvimento de suas atividades, visando o benefício da comunidade local, a satisfação do visitante e a preservação do ambiente e a cultura local.

Considerações finais

Alinhar desenvolvimento regional de forma sustentável, com preservação cultural e ambiental é um dos desafios da atualidade e o uso de tecnologia da informação e comunicação se apresenta como ferramenta útil a esse processo.

Dentro do contexto do turismo de base comunitária, onde o aspecto da preservação cultural e ambiental são fundamentais, empregar o uso da tecnologia, sem causar uma ruptura com as tradições ancestrais do local é ainda mais desafiador.

Dessa forma, como pressupõe Dallabrida (1998), o desenvolvimento deve buscar o ótimo para o homem, alinhado ao bom para a natureza, logo, a participação da comunidade é premissa para a atividade de TBC, bem como o é para o desenvolvimento endógeno abordado pelo autor. Nesse sentido, as TICs, como um fator de aproximação e redução de distâncias desponta, mais uma vez, como ferramenta.

Como visto, os DMOs devem ser pensados com vistas a utilizar-se das diversas fontes de informação disponíveis na rede mundial de computadores, e através dessas, auxiliar no processo de criação de ofertas mais assertivas aos consumidores do produto turístico. Na mesma linha os DTIs têm disponíveis uma gama enorme de ferramentas tecnológicas que podem ser utilizadas para o alcance dos objetivos e metas estipulados pelo destino, conforme se pode observar no guia de boas práticas em digitalização para destinos inteligentes Espanha (2021).

Outrossim, o emprego da tecnologia da informação e comunicação no turismo de base comunitária pode, com o devido planejamento, ser utilizado conforme preconiza Montiel (2003), posto que esta potencializa o intercâmbio de bens culturais. Essa imersão proporcionada pelo TBC, que leva o turista uma vivência da rotina da comunidade receptiva, e que o próprio de turista, dado ao perfil atual, tende a compartilhar essas experiências via mídias sociais, daí a necessidade de a comunidade receptiva estar alinhada ao uso dessas e outras tecnologias disponíveis.

Referências bibliográficas

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução Tadeu Breda, 3ª reimpressão. Brasil/Cone Sul da Fundação Rose Luxemburgo. Autonomia Literária, Editora Elefante, s/d, 2019.

BERTOLO, G et al., . **Narrativas do Espólio**: Uma Etnografia Sobre o Fandango e a Perda Cultural Caiçara (Cananéia SP). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal São Carlos, p 167, 2015.

BIGNÉ, J. E et al.. **Marketing de destinos turísticos**: análisis y estrategias de desarrollo. Esic editorial, 2000.

BOISIER, Sergio. **Modernidad y territorio**. ILPES – instituto Latino-americano y del Caribe de Planificación Económica y Social, Santiago de Chile, 42, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade**. Turismo de base comunitária em unidade de conservação Federais [recurso eletrônico]: caderno de experiencias. ICMBio-MMA, Brasília, 2019.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2005.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Paz e Terra, São Paulo, 2007.

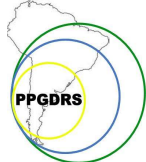
CORIOLO, L. N.M.T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. Annablume, São Paulo, 2006.

COUTINHO, G. C. T. P.; THOMAZ, G. M.; SAMPAIO, C. A. C. **Turismo comunitário e internet**: análise dos sites das experiências no Brasil. Caderno Virtual de Turismo, v.15, p. 35-51, 2015.

DA CRUZ, R. d. C. A. **“Patrimonialização do Patrimônio”**: Ensaio Sobre a Relação Entre Turismo, “Patrimônio Cultural” e Produção do Espaço. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), 16(2), p. 95-104, 2012.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Sustentabilidade e endogenização**: os princípios básicos balizadores do Desenvolvimento Regional. Redes (St. Cruz do Sul Online), 3(2), p. 09-43, 1998.

- ESPAÑA. SEGITUR. **Guia de buenas prácticas em digitalización para Destinos Turísticos Inteligentes**: 50 buenas prácticas digitales para una nueva generación de destinos. Red DTI, 2021.
- ESPAÑA. INVATUR. **Manual para Gestores de Destinos Turísticos**: sistemas de inteligencia. DTI-CV, 2020.
- GAN, S. W.; INVERSINI, A.; REGA, I. **Community-based tourism and ICT**: Insights from Malaysia. *Information and Communication Technologies in Tourism*, 2016.
- GRETZEL, U., Sigala, M., Xiang, Z., & Koo, C. **Smart tourism**: foundations and developments. *Electronic Markets*, 25(3), p.179-188. <http://doi.org/10.1007/s12525-015-0196-8>, 2015.
- HARRIS, Roger; VOGEL, Doug. **E-commerce for community-based tourism in developing countries**. Harris Roger Associates, Star House Konwlon, Hong Kong, 2007.
- JIMÉNEZ, M. Á. S.; ALLÉS, M. T. F. Revisión teórica de la relevancia de las nuevas tecnologías de la comunicación (TIC) en el sector turístico. **TURYDES**: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible, v. 11, n. 24, p. 9, 2018.
- KOUKARAS, CHRISTOS. **How new Technologies can enhance Community Based Tourism**, 2022.
- MARIANI, M. A. P.; CARDOZO, B. D. A.; ARRUDA, D. DE O.; SILVA, M. B. DE O. DA. O turismo de base comunitária no contexto de um empreendimento econômico solidário no Pantanal de Mato Grosso do Sul. **Redes**, 25, p. 2407-2431, 2020.
- MONTIEL, E. **Políticas Culturais para o Desenvolvimento**: Uma base de Dados para a Cultura. UNESCO, Brasil, Parte IV, 10, p.150-160, 2003.
- NASCIMENTO, E. P. do. (2012). Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, 26, p. 51-64.
- NASCIMENTO, F. G. do., et al. **Turismo de base comunitária como alternativa para o desenvolvimento rural**: a experiência da comunidade de Chã de Jardim, Areia- Paraíba, 2020.
- LIRIO, C.R.S., et al. Proposta do desenvolvimento de um site interativo de turismo de base comunitária. **R. Technol. Soc.**, Curitiba, 15(36), p. 94-111, 2019.
- RAMALHO A. L.; SILVA, B. S.; RABINOVICI, A. O turismo no Contexto da Sustentabilidade. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, São Paulo. Malone, 2010.
- SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. Cortez, 2007.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SOOKSAI, Tommanee et al. Digital development to strengthen tourism supply chain potential of participatory community-based tourism enterprises. **International Journal of Mechanical Engineering**, v. 7, n. 5, p. 455-461, 2022.
- TOREZANI, J. N. **Internet, cultura e turismo**: O Patrimônio Arquitetônico de Ilhéus em Sites Informativos de Turismo. ILHÉUS: UESC, p 37-38, 2007.



TRUNFIO, M.; DELLA LUCIA, M. **Engaging destination stakeholders in the digital era:** The best practice of Italian regional DMOs. *Journal of Hospitality & Tourism Research*, 43(3) p. 349-373, 2019.

VAN DE MEENE RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável:** a proteção do meio ambiente. Papirus Editora, 1997.

VEIGA, José Eli. **O Antropoceno e as Humanidades.** São Paulo: Editora 34, 2023.

VEIGA, José Eli. **Sustentabilidade:** a legitimação de um novo valor. São Paulo: Editora Senac, 2010.